



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - CAMPUS III – GUARABIRA**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**VANÊSSA RIBEIRO DA SILVA**

**HOMOFOBIA E AUTORITARISMO: as repressões a comunidade homossexual  
na ditadura civil-militar brasileira entre as décadas de 1960/1980**

**GUARABIRA- PB**  
**2024**

**VANÊSSA RIBEIRO DA SILVA**

**HOMOFOBIA E AUTORITARISMO: as repressões a comunidade homossexual  
na ditadura civil-militar brasileira entre as décadas de 1960/1980**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus Guarabira, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

**Orientador(a):** Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas.

**Linha de Pesquisa:** História e Estudos Culturais: Etnia, Crença, Gênero e Sexualidade.

**GUARABIRA-PB**

**2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

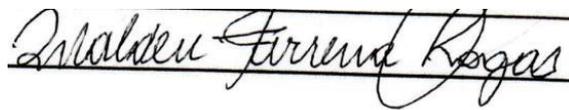
S586h Silva, Vanêssa Ribeiro da.  
Homofobia e autoritarismo [manuscrito] : as repressões a comunidade homossexual na ditadura civil-militar brasileira entre as décadas de 1960/1980 / Vanêssa Ribeiro da Silva. - 2024.  
28 f.  
  
Digitado.  
Artigo Científico (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.  
"Orientação : Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas, Departamento de História - CH".  
1. Homofobia. 2. Autoritarismo. 3. Ditadura civil-militar. 4. Comunidade LGBTQIAPN+. 5. Cinema brasileiro. I. Título  
21. ed. CDD 981.063

**VANÊSSA RIBEIRO DA SILVA**

**HOMOFOBIA E AUTORITARISMO: as repressões a comunidade homossexual  
na ditadura civil-militar brasileira entre as décadas de 1960/1980**

Trabalho apresentado e aprovado em 11/11/2024.

**Banca Examinadora**



---

Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas – Orientador  
(Universidade Estadual da Paraíba/DH)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cassia da Rocha Cavalcante –Examinadora  
(Universidade Estadual da Paraíba/DE)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Naiara Ferraz Bandeira Alves –Examinadora  
(Universidade Estadual da Paraíba/DH)

A todas as mulheres que amam outras mulheres. A mulher que me deu à luz, Márcia. Ao grande amor que a vida me deu, Maria Gabriele. A nós, que amamos com coragem. **Dedico.**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>05</b>
<b>2. CONTEXTO HISTÓRICO DA REPRESSÃO AS HOMOSSEXUALIDADES NA DITADURA MILITAR .....</b>	<b>09</b>
<b>2.1 Os primeiros passos do movimento homossexual .....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 O reconhecimento internacional de direitos LGBTQIAPN+ .....</b>	<b>13</b>
<b>2.3 Censura e controle da informação durante a ditadura civil-militar .....</b>	<b>15</b>
<b>3. EVOLUÇÃO DA DISCUSSÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>4. A REPRESENTAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE NO CINEMA BRASILEIRO: “AMOR MALDITO” .....</b>	<b>21</b>
<b>5. METODOLOGIA .....</b>	<b>23</b>
<b>6. RESULTADOS .....</b>	<b>24</b>
<b>7. CONCLUSÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>26</b>

# **HOMOFOBIA E AUTORITARISMO: as repressões a comunidade homossexual na ditadura civil-militar brasileira entre as décadas de 1960/1980**

Vanêssa Ribeiro da Silva<sup>1</sup>

## **RESUMO**

Este trabalho aborda as intersecções entre homofobia e autoritarismo durante a ditadura civil-militar brasileira, especificamente entre as décadas de 1960 e 1980, explorando as repressões sofridas pela comunidade LGBTQIAPN+. A pesquisa investiga como o Estado utilizou mecanismos de censura e controle social para marginalizar a homossexualidade, tratando-a como uma ameaça à moralidade e à ordem pública. Inicialmente, a repressão foi intensificada com o golpe de 1964, quando a ditadura começou a reprimir grupos considerados subversivos, incluindo as minorias sexuais. A análise histórica é complementada pela representação da homossexualidade no cinema brasileiro, com destaque para o filme "Amor Maldito" (1984), de Adélia Sampaio, um marco cultural que desafiou as normas heteronormativas vigentes na sociedade brasileira. Este estudo utiliza uma abordagem documental e analítica, buscando mostrar o impacto das práticas autoritárias na construção da homofobia no Brasil e seus reflexos na sociedade contemporânea. Os resultados evidenciam a permanência de uma exclusão simbólica e de práticas homofóbicas, reforçando a necessidade de políticas inclusivas que assegurem a visibilidade e os direitos da população LGBTQIAPN+.

**Palavras-chave:** Homofobia, Autoritarismo, Ditadura civil-militar, Comunidade LGBTQIAPN+, Cinema brasileiro.

## **ABSTRACT**

This study addresses the intersections between homophobia and authoritarianism during the Brazilian civil-military dictatorship, specifically from the 1960s to the 1980s, focusing on the repressions suffered by the LGBTQIAPN+ community. The research investigates how the State used mechanisms of censorship and social control to marginalize homosexuality, treating it as a threat to morality and public order. Initially, repression was intensified after the 1964 coup, as the dictatorship began to crack down on groups considered subversive, including sexual minorities. This historical analysis is complemented by the representation of homosexuality in Brazilian cinema, with emphasis on the film *Amor Maldito* (1984), by Adélia Sampaio, a cultural milestone that challenged the heteronormative norms of Brazilian society. This study uses a documentary and analytical approach to examine the impact of these authoritarian practices on the construction of homophobia in Brazil and its repercussions in contemporary society. The results highlight the enduring symbolic exclusion and homophobic practices, underscoring the need for inclusive policies that ensure visibility and rights for the LGBTQIAPN+ population.

**Keywords:** Homophobia, Authoritarianism, Civil-military dictatorship, LGBTQIAPN+ community, Brazilian cinema.

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: [nessavanaribeiro@gmail.com](mailto:nessavanaribeiro@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

A escolha deste tema se justifica pela sua relevância, pois, apesar dos avanços significativos no reconhecimento dos direitos LGBTQIAPN+ no Brasil, ainda há uma subnotificação persistente da violência homofóbica, especialmente em contextos em que o Estado deveria proteger essas populações. Essa constatação é sustentada por pesquisas acadêmicas, relatórios de ONGs, e dados oficiais que frequentemente mostram discrepâncias entre os números registrados e as experiências relatadas por indivíduos ou comunidades LGBTQIAPN+. Por exemplo, organizações como o Grupo Gay da Bahia (GGB), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e a Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Rede Trans) destacam que muitos casos não são registrados por medo de retaliação, desconfiança nas instituições ou falhas no reconhecimento das motivações homofóbicas dos crimes. O GGB, por exemplo, publica anualmente um relatório sobre assassinatos e violência contra a população LGBTQIAPN+, enquanto a ANTRA divulga dados específicos sobre crimes contra pessoas trans. Além dessas, organizações como a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) atuam no monitoramento de violências e na defesa de direitos. Internacionalmente, instituições como a ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association), a Human Rights Watch (HRW) e a Amnesty International reforçam a dimensão global do problema, compilando dados e denunciando a omissão dos estados.

No Brasil, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública revela números baixos para a violência homofóbica, mas ONGs como o GGB frequentemente apontam cifras mais altas, evidenciando a lacuna entre registros oficiais e a realidade vivida. Entre os principais fatores que contribuem para essa subnotificação estão o estigma social, o despreparo das instituições públicas e o medo de represálias, sobretudo em áreas conservadoras ou rurais. Além disso, os relatos cotidianos reforçam que a violência e discriminação muitas vezes são normalizadas, dificultando ainda mais a visibilidade e o enfrentamento desse problema. Como uma mulher negra e bissexual que faz parte da comunidade LGBTQIAPN+, essas questões me afetam diretamente e me motivam a aprofundar o entendimento sobre a intolerância à diversidade e suas implicações sociais, emocionais e políticas.

O Brasil, assim como diversas nações, atravessa um período de redefinições significativas centradas em questões de sexualidade. Debates emergem sobre o que deve ser “tolerado” ou criminalizado, o que merece amparo legal e quais temas devem ser abordados por políticas públicas. À primeira vista, essas discussões podem parecer restritas à moralidade individual ou a pequenos grupos específicos, mas na verdade, elas tocam em aspectos mais profundos. Esses debates influenciam diretamente os alicerces da organização social e cultural na qual vivemos, pois eles envolvem questões fundamentais sobre o significado do que compõe; família, parentalidade e a própria identidade pessoal. Sobre o assunto, o professor Guilherme Terreri e *drag queen*<sup>2</sup>: Rita Von Hunty, afirma que “[...] a heterossexualidade é uma abstração teórica, uma vez que, a cis hétero norma é construída em um contexto social, em sociedades e tempos específicos [...]”<sup>3</sup> (2022).

No centro dessas discussões está a contestação do preceito de que a família só pode ser formada pela união legal de indivíduos de sexos opostos, assim como a concepção de que o ambiente ideal para uma criança seria aquele composto por um pai e uma mãe. O debate também abrange o reconhecimento de afetos e desejos que vão além da heterossexualidade normativa, bem como as múltiplas relações entre sexo, gênero, comportamento e desejo na definição dos direitos e da individualidade.

As controvérsias públicas que envolvem a homossexualidade, assim como outras categorias de identidade relacionadas ao corpo, ao gênero e à orientação sexual, integram uma disputa maior sobre o que é considerado moral, saudável, legítimo e legal em termos de sexualidade. Essa discussão afeta diretamente a essência da identidade pessoal e os vínculos sociais mais básicos. Assim, torna-se evidente — para aqueles que ainda precisam ser convencidos — que a sexualidade não é um tema restrito ao âmbito privado e íntimo, mas, pelo contrário, é um campo político por excelência.

Ao redor da sexualidade e suas várias manifestações, múltiplas vozes se levantam em discordância, tentando se impor sobre as demais. Esses embates não se limitam às ruas, parlamentos ou tribunais; eles permeiam todos os aspectos da vida social. Instituições como as igrejas, a escola, a família, a mídia, as forças de segurança, os

---

<sup>2</sup> *Drag queen* é uma pessoa — geralmente, mas não exclusivamente, um homem — que se veste e assume características exageradas e performativas de feminilidade, como roupas, maquiagem e adereços, para criar uma personagem feminina. O objetivo da arte drag é, muitas vezes, entreter, questionar normas de gênero e explorar as fronteiras da identidade e da expressão de gênero.

<sup>3</sup> Acerca de como a heterossexualidade compõe-se; "QUEM PODE TER FAMÍLIA?" / canal Tempero Drag (2022) [https://youtu.be/pJzeuxjIU1g?si=x0e\\_IBmmU3AH\\_EnU](https://youtu.be/pJzeuxjIU1g?si=x0e_IBmmU3AH_EnU). Acesso: 19 agosto, 2024)

esportes, a medicina, o direito e a ciência, frequentemente convertem a sexualidade em alvo de regulação e controle, muitas vezes resultando em estigmatização, sofrimento e opressão. Dessa forma, a sexualidade se torna uma linguagem poderosa e onipresente, utilizada para expressar e reforçar hierarquias e desigualdades de diferentes naturezas e amplitudes.

Além disso, o cristianismo, em suas diferentes vertentes, foi um dos principais vetores desse controle durante a ditadura civil-militar brasileira. As instituições religiosas, ao lado do Estado, promoveram discursos que reforçavam a heteronormatividade como norma social, retratando a homossexualidade como um desvio moral e uma ameaça à estrutura familiar tradicional. Esses discursos foram instrumentalizados pelo regime militar para justificar a censura e a repressão, legitimando práticas autoritárias em nome da "moralidade pública". Assim, a religiosidade, especialmente em sua aliança com o Estado, desempenhou um papel central na marginalização das homossexualidades, perpetuando exclusões que reverberam na sociedade brasileira até hoje.

A repressão à comunidade homossexual no Brasil não começou com o golpe militar de 1964, mas foi amplificada e se tornou mais severa com a ditadura civil-militar. Durante esse período, a repressão se deu em duas frentes: primeiro, pela perseguição social e moral que já existia, e, segundo, pela criminalização política da dissidência, onde a homossexualidade foi vista como um comportamento subversivo que desafiava a ordem autoritária. A comunidade homossexual se tornava duplamente oprimida, não apenas por sua identidade de gênero ou sexualidade, mas também por seu papel crítico e de protesto contra a estrutura política repressiva.

No contexto brasileiro, quando iniciou-se o movimento homossexual<sup>4</sup> a sigla mais comum era GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes –, que ganhou popularidade nas décadas de 1980 e 1990, especialmente em estabelecimentos comerciais e eventos. No entanto, à medida que o ativismo avançava e a compreensão sobre diversidade aumentava, a sigla GLS foi substituída por LGBT, de modo a dar visibilidade a lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans, com um foco mais abrangente. O movimento LGBT, emerge como um importante protagonista nessa arena de disputas sobre a sexualidade, uma dimensão essencial da vida social e da subjetividade, influenciando tanto a forma

---

<sup>4</sup> No Brasil, o movimento homossexual começou a se organizar no final da década de 1970, em um momento de transição política durante o período de “abertura” política da ditadura. Apesar de ser um momento significativo para a consolidação de direitos e liberdades, ela foi caracterizada por contradições e limites que impactaram diferentes movimentos sociais, incluindo o movimento homossexual.

como nos percebemos quanto como somos reconhecidos. No entanto, assim como a sociedade e a cultura na qual está inserido, o movimento LGBT também carrega as ambivalências, paradoxos e tensões inerentes a esses debates.

A sigla LGBT tem o propósito de celebrar a diversidade cultural ligada às identidades de gênero e orientações sexuais. Hoje, o termo se aplica a qualquer pessoa que não se identifica como heterossexual ou cisgênero. Dessa forma, diferentes variações da sigla foram incorporadas ao longo do tempo, incluindo: LGBTQ – com a adição da letra Q, para pessoas que se identificam como *queer*<sup>5</sup>; LGBTQI – incluindo o I, em referência a pessoas intersexuais; LGBTQIA – acrescentando a letra A, para englobar assexuais, arromânticos e aliados; LGBTQIAPN – adicionando as letras P e N, incluindo pansexuais, polisssexuais e pessoas não-binárias; LGBTQIAPN+ – o sinal “+” busca representar quaisquer identidades não cobertas pelas letras anteriores, abrangendo toda a diversidade de expressões e identidades. Essas evoluções refletem o empenho da comunidade em garantir que cada pessoa encontre representatividade dentro da comunidade.

Este trabalho visa, portanto, analisar como a homofobia e o autoritarismo se interligam, especialmente no contexto do golpe militar, e investigar como a repressão se intensificou a partir de 1964, explorando os abusos cometidos contra as homossexualidades<sup>6</sup> pelo regime autoritário.

É importante salientar que todo ódio dirigido indiscriminadamente a um grupo, costuma ser uma estratégia política. A exemplo do racismo direcionado a pessoas negras, em que a ideia de uma raça ser inferiorizada em um sistema de dominação, é política. Para isso, são precisos discursos que ponham em dúvida a “humanização” dos corpos, se respaldando muitas das vezes em alegorias religiosas; tal qual o discurso de que os corpos marginalizados são desprovidos de alma, para criar-se um sistema hierárquico que tire valor desse grupo.

---

<sup>5</sup> De acordo com Eloisio Moulin de Souza em “A Teoria Queer e os Estudos Organizacionais: Revisando Conceitos sobre Identidade.” (2017), o termo “queer” surgiu no inglês antigo, derivado do termo germânico *quer*, que significa “estranho” ou “fora do comum”. Inicialmente, *queer* era usado em inglês para descrever algo ou alguém considerado peculiar, diferente ou desviado do que era socialmente aceito como norma. No século XIX, o termo começou a ser usado de forma pejorativa para referir-se a pessoas que não seguiam as normas heterossexuais e cisgêneras.

<sup>6</sup> A escolha de usar o termo “homossexualidades” no plural, em vez da sigla contemporânea LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), justifica-se pelo fato de que, no período retratado, “homossexualidades” era a expressão mais comum para abranger tanto orientações sexuais quanto identidades de gênero dissidentes. Portanto, consideramos que o uso da sigla, embora mais preciso do ponto de vista acadêmico e político, seria anacrônico e inadequado para o contexto histórico em questão.

Quando pensamos sobre as raízes da homofobia, é pertinente olhar para a memória material de um povo no tempo, já que o ódio direcionado à homossexualidade caminha de mãos dadas ao ódio direcionado às mulheres, visto que a intenção de controlar corpos para expandir a produção de mão de obra é um mecanismo de manutenção do sistema exploratório capitalista no qual estamos inseridos. Nessa perspectiva, para produzir massa e explorá-la, a sexualidade e a reprodução não podem ser liberadas, pois são produtos de uma opressão, com o intuito de produzir mais indivíduos através dessa reprodução induzida, para que mais força de trabalho se torne possível a ser explorada. Nesse cenário algoz, o indivíduo que subverte a lógica do sexo para a procriação e que busca pela liberdade do próprio corpo, tem a sua individualidade de vida ceifada de forma simbólica ou direta por essa opressão.

## **2 CONTEXTO HISTÓRICO DA REPRESSÃO AS HOMOSSEXUALIDADES NA DITADURA MILITAR**

O termo "homofobia" foi cunhado pelo psicólogo americano George Weinberg no artigo intitulado "*Words for the New Culture*" (Palavras Para a Nova Cultura) publicado no semanário "*Gay*" em 1971. Ele discutiu isso extensivamente em seu livro de 1972 "*Society and the Healthy Homosexual*" (Sociedade e a Saúde Homossexual), onde o autor discute o medo irracional da homossexualidade, que carrega conotações de profunda repulsa e aversão. Os homofóbicos de acordo com Weinberg, alinham suas crenças aos papéis tradicionais de gênero de acordo com o patriarcalismo, sendo o patriarcado o regularizador de uma sociedade em que homens e mulheres são configurados em duplas, nas quais o "macho" é considerado indivíduo dominante. Acredita-se que a homofobia não se limita apenas à aversão aos homossexuais, mas também se caracteriza pela negação ou rejeição – em várias esferas, sejam elas materiais ou simbólicas – de conviver com seres afetivo-sexuais que diferem do modelo dominante de sexualidade. A imagem estereotipada da homossexualidade na sociedade é elaborada por sua vez, a partir de um processo de estigmatização que a rotula como inadequada socialmente. O estigma refere-se a uma situação em que uma pessoa se encontra inábil para ser aceita plenamente na sociedade, pois possui comportamentos, atitudes e hábitos contrários aos costumes e padrões culturais naturalizados em nossa sociedade. A homofobia atinge proporções alarmantes no Brasil e no mundo com crueldade, e para elucidar as repressões, com enfoque no território brasileiro é preciso primeiro fazer um breve passeio pelas décadas de 1960 a 1980.

A década de 1960 foi marcada pelo fortalecimento tanto no plano político, quanto ideológico, dos movimentos de esquerda nos países do Ocidente. Na época, os diversos projetos culturais e ideológicos iniciados na década de 1950 continuavam, como a explosão do consumo provocada pela prosperidade dos países ricos. Em um nível mais cultural, a movimentação da contracultura irá prevalecer e com o surgimento do feminismo e dos movimentos civis em favor dos negros e homossexuais, eles darão a tônica para as reivindicações nos anos seguintes. Dessa forma, surgem os movimentos *hippies* que eram contrários a Guerra Fria e do Vietnã, encabeçando os ideais pacifistas da época. A partir de então, uma série de manifestações surgiram em vários países como resultado dos movimentos pelos direitos das pessoas negras, dos movimentos por direitos aos homossexuais e dos movimentos pela igualdade entre gêneros. Sem surpresa, essa “rebeldia” dos anos 1960 atingiria seu clímax em 1968, quando várias organizações estudantis ao redor do mundo saíram às ruas para desafiar e contestar a sociedade vigente.

Na América Latina, os estudantes também desempenharam um papel importante na contestação dos regimes autoritários que tomavam conta da região. O México, por exemplo, viveu uma repressão brutal durante os protestos de 1968, sendo o massacre de Tlatelolco, onde centenas de estudantes foram mortos pela polícia, um dos episódios mais trágicos e simbólicos dessa resistência. No Brasil, o movimento estudantil também desempenhou um papel central na resistência ao regime militar instaurado em 1964. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi a principal organização de mobilização, organizando manifestações e protestos contra o regime, além de exigir maior participação política. Em 1968, o XXX Congresso da UNE, realizado em Ibiúna, foi um marco importante para a luta estudantil, mas também ficou marcado pela repressão militar, com a prisão de diversos líderes e a declaração de ilegalidade da UNE. Além disso, o movimento secundarista também foi muito ativo, com os estudantes do ensino médio se mobilizando em ocupações e manifestações, organizados pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Entre os protestos mais significativos, a Passeata dos Cem Mil, realizada no Rio de Janeiro, reuniu diversos setores da sociedade e foi um símbolo de resistência a ditadura civil-militar. Porém, essa mobilização também enfrentou uma repressão severa, com invasões às universidades e a prisão de líderes estudantis. Um dos casos mais emblemáticos dessa repressão foi o assassinato de Edson Luís de Lima Souto, um estudante secundarista morto pela polícia em 1968, que se tornou um símbolo da violência estatal contra os jovens e manifestantes.

No Brasil, a Ditadura Civil-Militar foi um regime extremamente autoritário que teve seu início com o golpe militar em 31 de março de 1964, com a deposição do seu então presidente João Goulart. O regime ditatorial brasileiro durou 21 anos (1964-1985), quando se estabeleceu uma fortíssima censura à imprensa, uma cruel restrição de direitos políticos e uma arbitrária violenta perseguição massiva policial aos opositores do regime. O golpe militar visava impedir o desenvolvimento de organizações populares do governo de João Goulart, que na época era acusado de ser comunista, por flertar com ideias que favoreciam de certa maneira a classe trabalhadora.

A década de 1970 é conhecida como a década em que a crença nos ícones dos anos 1960 fora abalada, o que fez com que certas manifestações fossem um pouco mais sutis e desregradas, como nos festivais de rock em ambientes ao ar livre, onde se celebravam uma vida mais alternativa. Por exemplo, no Brasil, muitos jovens idealistas levaram a cabo sua luta política por meio do combate armado, na surdina, para lutar contra a ditadura civil-militar. Por outro lado, a década de 1980, no Brasil, foi um período de mudanças significativas e novas ordens no sistema político de nossa sociedade, com o início do processo de abertura política, após um longo período de ditadura militar, permitiu-se o surgimento de novas organizações da sociedade civil e da sociedade política.

O aparato de repressão, estabelecido pela ditadura civil-militar de 1964 foi direcionado de forma predominante e específica contra os ditos "subversivos" e "comunistas". Os golpistas foram além, pois montaram serviços de controle moral contra os comportamentos sexuais que por eles eram considerados "desviantes". Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da biopolítica, conceito desenvolvido por Michel Foucault, que descreve como o poder estatal regula as populações por meio de dispositivos de controle e normatização dos corpos (FOUCAULT, 2008, p. 21-25). No contexto da ditadura, homossexuais, travestis, prostitutas e outras pessoas consideradas 'perversas' ou 'anormais' eram monitoradas, perseguidas e eliminadas simbolicamente, reforçando a heteronormatividade como modelo único de moralidade e ordem social.

Dessa maneira, essas populações foram vítimas de detenções arbitrárias, destituições de cargos públicos, censura e outras variadas formas de violência direta ou veladas. Outrossim, considerando que o mito da democracia racial desempenhava um papel central na sustentação ideológica do regime, a ditadura militar impôs uma repressão implacável às mobilizações da população negra e às lutas em defesa dos direitos antirracistas, buscando silenciar as vozes que contestavam a construção de uma falsa harmonia racial.

## 2.1 Os primeiros passos do movimento homossexual

A repressão sistemática contra gays, lésbicas, travestis e outros indivíduos que não se conformavam às normas de gênero e sexualidade da época era justificada pelo regime autoritário como uma forma de controle moral e manutenção da ordem heteronormativa<sup>7</sup>. Contudo, é pertinente apontar que a repressão à comunidade homossexual não foi um fenômeno restrito ao Brasil. No cenário internacional, muitos países ocidentais, como os Estados Unidos e o Reino Unido, também criminalizavam relações homoafetivas até meados do século XX. Em diversos países europeus e americanos, a homossexualidade foi tratada como crime até as décadas de 1960 e 1970, no entanto, as conquistas de direitos civis para essa comunidade só começaram a ser efetivamente obtidas após movimentos sociais organizados, como a Revolta de *Stonewall*, que ocorreu em 1969, em *Nova York*.

A Revolta de *Stonewall* é amplamente reconhecida como um marco na luta pelos direitos LGBTQIAPN+ ao redor do mundo. Na madrugada de 28 de junho de 1969, uma batida policial no bar *Stonewall Inn*, em Nova York, desencadeou uma série de protestos violentos contra a opressão sistemática à comunidade homossexual. A ação da polícia, que envolveu prisões e agressões físicas, provocou a reação de frequentadores do bar e simpatizantes que se reuniam nas proximidades, iniciando assim uma rebelião que se prolongou por dias e que gerou uma onda de manifestações pelo reconhecimento dos direitos civis às homossexualidades.

A partir de *Stonewall*, o movimento por direitos LGBTQs ganhou visibilidade global, influenciando diversas outras lutas ao redor do mundo, inclusive no Brasil. O impacto da revolta não se limitou aos Estados Unidos; ela inspirou movimentos em todo o Ocidente a lutar pela descriminalização da homossexualidade e pelo reconhecimento de direitos civis. No Brasil, esse movimento de resistência se consolidou na década de 1970, apesar das intensas repressões políticas da ditadura militar, que continuava a ver a homossexualidade como uma ameaça à ordem moral e política, foi nesse contexto que a luta pela igualdade de direitos as homossexualidades começou a ganhar forma e realizar conquistas importantes no Brasil. Um exemplo disso é a atuação do Grupo Gay da Bahia (GGB) na década de 1980. Esse movimento liderou uma campanha para que a

---

<sup>7</sup> De heteronormatividade; é a imposição social que estabelece padrões de comportamento e identidade alinhados aos papéis tradicionais de gênero. Nesse contexto, somos afetados pela expectativa de que todos devem se comportar — e ser — heterossexuais, reforçando uma norma que desconsidera e invalida outras orientações e expressões de gênero.

homossexualidade deixasse de ser classificada como doença pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). Em 1985, o Conselho Federal de Medicina finalmente acolheu essa demanda, o que marcou o início do dismantelamento de estigmas médicos associados à homossexualidade e abriu um novo caminho para o reconhecimento da diversidade sexual.

Essa vitória do movimento brasileiro foi posteriormente refletida em uma decisão global: em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) também excluiu a homossexualidade de sua lista de doenças, após décadas de estigmatização. A movimentação pelos direitos LGBTQIAPN+, expandiu-se ainda mais, resultando em novas convenções e resoluções à nível internacional, visto que em 2008, a grande Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) adotou a Resolução AG/RES. 2435, que reconhece a discriminação seja ela por orientação sexual ou identidade de gênero, como uma representação de violação direta aos direitos humanos. Já no ano de 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU) fortaleceu esse reconhecimento ao adotar a Resolução 17/19, que formalizou globalmente o entendimento de que abusos contra LGBTQIAPN+ são de fato abusos de direitos humanos. O movimento alcançou mais um marco no ano de 2013, quando a OEA adotou a Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância, que explicitamente reconhece que a discriminação, seja ela direta ou indireta, pode ocorrer em função da orientação sexual e da identidade ou expressão de gênero. No entanto, infelizmente o tratado ainda não entrou em vigor, pois falta a ratificação de diversos países, incluindo o Brasil, revelando mais uma vez a complexidade dos desafios ainda enfrentados para a plena garantia de direitos desse grupo social.

## **2.2 O reconhecimento internacional de direitos LGBTQIAPN+**

Em 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu formalmente, através de uma resolução, que a discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+ constitui uma violação dos direitos humanos. Esse reconhecimento internacional marcou um avanço importante na luta pelos direitos LGBTQIAPN+ ao redor do mundo, mas também destacou a carência de legislações específicas para garantir a proteção dessas populações. Hoje, em mais de 70 países, principalmente na África e na Ásia, as relações consensuais entre pessoas com a mesma identidade de gênero ainda são consideradas crime, com punições que variam de multas a penas de morte.

Os Princípios de Yogyakarta, elaborados por especialistas em direito internacional em 2006, também foram um marco importante na defesa dos direitos LGBTQIAPN+ no cenário global. Esses princípios reconhecem a discriminação baseada em identidade de gênero e orientação sexual como uma violação dos direitos humanos, propondo diretrizes para a proteção e promoção dos direitos desses indivíduos em vulnerabilidade. No entanto, os Princípios de Yogyakarta ainda não foram incorporados como legislação vinculante no direito internacional, o que implica que os Estados-membros da ONU não são obrigados a segui-los.

No Brasil, os direitos as homossexualidades começaram a ser formalmente reconhecidos a partir da década de 1980, com destaque para a retirada da homossexualidade da lista de doenças pelo Conselho Federal de Medicina em 1985. Desde então, o país avançou em várias frentes, como o reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo e a criminalização da homofobia, equiparada ao racismo pelo Supremo Tribunal Federal em 2019. No entanto, apesar desses avanços legais, a comunidade LGBTQIAPN+ ainda enfrenta altos níveis de violência e discriminação. Em termos numéricos, os dados são alarmantes. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), foram registrados 341 homicídios motivados por homofobia ou transfobia em 2022, embora esses números possam ser uma subnotificação, já que muitos casos não são reconhecidos como crimes de ódio.

Além disso, o Brasil continua sendo o país com o maior número de assassinatos de pessoas trans, com pelo menos 125 mortes registradas em 2021, conforme a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). O Disque 100, serviço de denúncia de violação de direitos humanos, também aponta a violência física e verbal como recorrente, com um aumento nas denúncias relacionadas à população LGBTQIAPN+. Ademais, um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelou que 40% da população LGBTQIAPN+ já enfrentou discriminação no ambiente de trabalho, enquanto 70% dos jovens LGBTQIAPN+ relataram ter sido vítimas de bullying escolar. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), cerca de 90% das mulheres trans no Brasil recorrem à prostituição como única fonte de renda, e apenas 4% têm empregos formais. Esses dados indicam que, apesar das conquistas legais, a violência e a discriminação contra a comunidade LGBTQIAPN+ ainda são um problema grave e persistente no Brasil.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 não inclui, de forma explícita, garantias específicas direcionadas ao público LGBTQIAPN+. Da mesma forma, ainda não há leis

federais que tratem exclusivamente do combate à homofobia e à transfobia. No entanto, embora a Constituição não contenha artigos específicos voltados à população LGBTQIAPN+, os princípios fundamentais estabelecidos nela abrangem todos os indivíduos, garantindo, assim, proteção e direitos para toda a comunidade. Além disso, em nível municipal e estadual, algumas leis foram criadas para proteger os direitos LGBTQIAPN+. Um exemplo é a Lei nº 2615 do Distrito Federal, que estabelece penalidades administrativas para qualquer pessoa física ou jurídica, bem como para órgãos e entidades da administração pública, que promovam ou tolerem discriminação com base na orientação sexual.

No contexto constitucional, o artigo 1º, inciso III, assegura a dignidade humana, tornando os direitos fundamentais – como o direito à vida, à saúde, ao trabalho, à liberdade, à igualdade e à justiça – aplicáveis a todos os cidadãos brasileiros. O artigo 5º reforça essa proteção ao garantir a igualdade de todos perante a lei e a proibição de qualquer discriminação que comprometa os direitos fundamentais de qualquer pessoa. Além disso, o casamento homoafetivo é permitido no país, respaldado pelo artigo 226 da Constituição, assim como o direito à adoção de crianças e adolescentes, assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Embora o Brasil tenha avançado em termos de reconhecimento legal dos direitos LGBTQIAPN+, a luta está longe de ser concluída. A marginalização, discriminação e violência continuam a fazer parte da vida de muitas pessoas homoafetivas no Brasil e no mundo. O fortalecimento dos direitos dessa comunidade é fundamental para garantir que todos possam viver com dignidade, expressando livremente suas orientações sexuais e identidades de gênero.

A história da repressão às homossexualidades no Brasil durante a ditadura militar e as lutas por direitos que se seguiram é um reflexo de como a homofobia e o autoritarismo se entrelaçam na história do país. Mesmo em tempos de democracia, o legado autoritário continua a influenciar as políticas públicas e a perpetuar a violência contra a comunidade LGBTQIAPN+. Somente com a consolidação de políticas inclusivas e a conscientização social será possível criar um ambiente verdadeiramente igualitário e livre de discriminação.

### **2.3 Censura e controle da informação durante a ditadura civil-militar**

A preocupação dos servidores do Departamento de Censura de Diversões Públicas com a proteção dos "valores morais da sociedade brasileira" era notável, “[...] a censura atravessava o seu momento mais agudo. Para se ter uma ideia do tom totalitário desse período, sequer os programas da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade estavam livres da censura prévia [...]” como pode ser observado nos documentos analisados pelo Grupo de Estudos da Ditadura Militar (GEDM)<sup>8</sup>, vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (COLAÇO, 2012, p.85).

Conforme estudo do sociólogo Glaucio Ary Dillon Soares (1988), a censura implantada durante a ditadura civil-militar começou a ser desmantelada no final do governo Geisel e no início do governo de João Figueiredo, ou seja, entre 1979 e 1980. Acerca dessa questão, Soares (1988) destaca que o período mais severo ocorreu entre 1968 e 1976, com o auge da repressão após o AI-5, promulgado em dezembro de 1968, até o início da "distensão", que ele localiza em 1976, dois anos após Geisel assumir o poder. No entanto, o autor faz uma ressalva importante, que passa despercebida por outros autores: a censura não foi aplicada de maneira uniforme ao longo de toda a ditadura. Apesar de ter sido gradualmente reduzida, ela não foi completamente extinta, e os mecanismos de controle continuaram em uso, mas com novas roupagens. Nas palavras do próprio Soares, “o ditador não abriu mão deste instrumento ditatorial”: “Somente em 1976, já no governo Geisel, a Censura vetou totalmente nada menos que 1.170 artigos” (SOARES, 1988, SILVA, 1989, p.16-17). Embora o controle sobre jornais e revistas tenha diminuído após o primeiro ano do governo Geisel, a censura a livros se intensificou, além da aplicação de medidas econômicas repressivas, como o corte de verbas publicitárias por parte do governo e de empresas privadas que seguiam sua orientação, configurando assim uma forma de censura indireta que ameaçava a existência financeira dos periódicos (SOARES, 1988; SILVA, 1989, p.17-18).

Embora o discurso da liberação sexual ter repercutido no país no final dos anos 1970, a intensa repressão aos movimentos sociais que contestavam o regime ditatorial, especialmente após o AI-5 em 1968, freou as possibilidades de organização desse grupo de reivindicarem os seus direitos. A hoje chamada comunidade LGBTQIAPN+ brasileira (2013), manteve seus espaços de sociabilidade no entorno das periferias, sem a

---

<sup>8</sup> Em 24/04/1969 o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) emite o ofício nº 230/69-SCDP, tendo por assunto a “retirada dos quadros da programação da TV Guanabara que exploram o homossexualismo” (GEDM, docs. 98, item 14). (COLAÇO, 2012)

possibilidade de poderem se organizarem como um movimento político, os homossexuais encontravam-se em bailes de carnaval, em boates ou em clubes de fãs de artistas, onde se sentiam mais à vontade para expressarem as identidades com mais liberdade.

Aos poucos, foram aumentando os espaços de interação e sociabilidade de homossexuais nas grandes cidades, que eram procurados por pessoas de orientações sexuais diversas de todo o Brasil, buscando o anonimato e o encontro entre semelhantes. O número de lugares codificados em parques e praças cresceu nesse período, assim como bares, boates, saunas e lugares de “pegação”. Além disso, é relevante mencionar figuras artísticas que começaram a ganhar destaque na mídia e na vida social da época, como o estilista Clodovil Hernandez e o cantor Ney Matogrosso. Embora ambos fossem homossexuais, suas posturas públicas não enfatizavam a homossexualidade como uma identidade política. Clodovil, por exemplo, adotava uma abordagem centrada na competência profissional; ele se destacava no mundo da moda e era respeitado pela elite paulistana, destacando-se como uma figura de prestígio e competência. Seu discurso era menos sobre identidade sexual e mais sobre seu profissionalismo e habilidade, o que levantava questões sobre a acessibilidade que outras homossexualidades teriam em termos de educação e oportunidades semelhantes. Ney Matogrosso, por sua vez, também vinha de uma classe média alta e, ao se dedicar à carreira artística, fez uma transgressão ao deixar sua família e se apresentar de forma ousada no palco. No entanto, ele nunca usou sua visibilidade para defender publicamente a causa homossexual, inclusive atualmente ele reitera em entrevistas seu perfil “apolítico” durante a ditadura.

A visibilidade de figuras como Clodovil e Ney Matogrosso nesse período em questão, revela um aspecto complexo da aceitação social da homossexualidade, levando em consideração que a presença de Ney e de outros artistas semelhantes, era predominantemente em ambientes frequentados por uma classe média alta e branca que, em grande parte, não se engajava ativamente na luta pelos direitos da comunidade. Isso sugere que a aceitação dessas figuras era, em parte, condicionada ao seu alinhamento com valores estéticos e culturais da elite conservadora, e não necessariamente ao ativismo por direitos, portanto a valorização de Ney Matogrosso estava mais relacionada ao seu sucesso artístico e à sua capacidade de entreter, o que levantava questões sobre os critérios de visibilidade e a superficialidade da aceitação social.

Contrapõe-se a isso o tratamento dedicado a homossexualidade pela grande imprensa, que persistia em uma abordagem estereotipada e caricatural. Enquanto a Embrafilme, agência estatal de fomento cinematográfico, recusava o financiamento de

filmes que explorassem a temática homossexual com seriedade e profundidade, a Rede Globo promovia personagens homossexuais em programas de humor como "Capitão Gay" e Haroldo de Chico *City*. Essas representações eram marcadas por uma grotesca simplificação e ridicularização, que transformavam a identidade sexual em uma caricatura destinada ao riso fácil, desprovida de qualquer discussão substancial sobre direitos ou dignidade. A função desses estereótipos era menos a de promover a compreensão e mais a de reforçar normas heteronormativas, perpetuando a homossexualidade como um desvio cômico e patológico, ao invés de uma identidade legítima e respeitável.

A dicotomia entre a visibilidade seletiva de artistas e a representação estereotipada na mídia pública ilustra um quadro ambíguo, pois enquanto alguns indivíduos conseguiram um nível de aceitação baseado em sua conformidade com as expectativas culturais da elite, a maior parte da representação midiática continuava a marginalizar e a ridicularizar a homossexualidade. A importância dessas figuras não deve ser diminuída, mas sua visibilidade deve ser entendida no contexto das limitações impostas por um sistema que tratava a homossexualidade com uma combinação de tolerância condicional e estereotipagem vexatória.

### **3 EVOVOLUÇÃO DA DISCUSSÃO**

A discussão sobre homofobia e autoritarismo no Brasil evoluiu à medida que a sociedade, os acadêmicos e os ativistas LGBTQIAPN+ começaram a reexaminar a história de repressão vivida por essa comunidade, especialmente durante a ditadura militar (1964-1985). Durante esse período, publicações como os jornais *Lampião da Esquina* e *ChanacomChana* desempenharam papel fundamental no fortalecimento e na consolidação do movimento gay no país.

Fundado em 1978, *Lampião da Esquina* foi um dos primeiros veículos com uma abordagem aberta e afirmativa sobre a homossexualidade, ainda que também tratasse de outras pautas sociais de relevância. Entre suas ações centrais, estava a denúncia da violência contra as homossexualidades. Já em 1981, surgiu o *ChanacomChana*, fundado por um grupo de lésbicas e distribuído no *Ferro's Bar*, espaço conhecido por seu público lésbico. Contudo, a venda do jornal não foi bem recebida pelos donos do bar, levando à expulsão dessas mulheres em 1983. Esse evento gerou uma mobilização que ficou

conhecida como o *Stonewall* brasileiro, marcando o dia 19 de agosto como o Dia do Orgulho Lésbico em São Paulo, após a revogação da proibição do jornal no local.

Embora Weinberg (1972) refira-se ao termo "homofobia", enquanto medo, repulsa ou aversão às pessoas homossexuais e suas práticas, e foi um marco importante na literatura ao tratar o preconceito contra a diversidade sexual como uma patologia social, Costa e Nardi (2015) destacam que, no Brasil, esse conceito foi ampliado para abranger também o preconceito contra outras sexualidades e identidades de gênero não normativas, como as travestis e transexuais, propondo uma visão mais ampla sobre a diversidade sexual e os efeitos do preconceito social. Costa e Nardi (2015) questionam se é suficiente tratar a homofobia como apenas um preconceito individual. Eles sugerem que se deve abordar as dimensões estruturais e institucionais da homofobia, incluindo a opressão estatal e religiosa, além de sistemas econômicos que perpetuam desigualdades.

Na obra “Repressão Institucional na Ditadura Militar” de Green e Quinalha (2023), é possível observar que é traçada uma linha direta entre a repressão estatal contra homossexuais e a manutenção de um regime autoritário que via as dissidências sexuais como uma ameaça à moralidade e à segurança do estado. Durante a ditadura militar, homossexuais foram alvo de perseguições, exclusão e violência. Essa repressão se dava não apenas por meio da violência física, mas também da marginalização cultural e social, invisibilizando esse grupo social dos espaços públicos e das mídias. Green e Quinalha (2023) discutem como, mesmo em regimes autoritários, algumas figuras LGBTQIAPN+ puderam "existir" dentro de certos limites, enquanto outras foram completamente invisibilizadas.

Entre memória e resistência, a revisão da literatura também traz a importância do movimento de gays e lésbicas em São Paulo durante o período de abertura política (final dos anos 1970 e início dos 1980), Green (2014) destaca como esse movimento resistiu à repressão, reivindicando não apenas o abrandamento da violência, mas também a criação de um espaço para viver livremente suas identidades. Essa resistência envolveu a criação de espaços de encontro e a produção cultural voltada para a visibilidade das homossexualidades, aspectos que se veem cruciais para compreender como os movimentos sociais operaram frente ao autoritarismo. Outrossim, há também divergências sobre o papel desempenhado pelo movimento homossexual na redemocratização do Brasil. Enquanto Green (2014) enfatiza o papel central desses movimentos na criação de novos espaços de liberdade e expressão, alguns autores sugerem que a luta pela democracia no Brasil, especialmente pelos grupos de esquerda,

foi mais focada em questões econômicas e políticas, relegando as questões de gênero e sexualidade a um plano secundário (Rodrigues, 2012).

Ademais, Rita Colaço Rodrigues (2012) em sua tese de doutorado, discute eloquentemente sobre as representações e inclusões negociadas, e aborda como as travestis e homossexuais se tornaram figuras visíveis na cultura brasileira, ainda que por meio de negociação constante com as normas sociais de gênero. Essa autora discute como travestis e ditas "bonecas", desafiavam e negociavam espaços de expressão em contextos repressivos, mostra como a visibilidade e a invisibilidade eram estrategicamente gerenciadas tanto pela comunidade quanto pelo estado.

Por não ser um movimento unificado com lideranças centralizadas, é difícil definir de forma precisa todas as pautas do movimento homossexual. Cada país apresenta demandas específicas, dadas as suas realidades sociais e políticas. No entanto, alguns objetivos são comuns a muitos desses movimentos, como: criminalização da LGBTfobia; fim da criminalização da homossexualidade e de penalidades relacionadas; reconhecimento da identidade de gênero; retirada das identidades trans da classificação de patologias; proibição dos tratamentos de “cura gay”; igualdade no direito ao casamento civil; direito à adoção para casais homoafetivos; garantia da laicidade do Estado e fim da influência religiosa nos processos políticos; criação de políticas públicas contra a discriminação; representação respeitosa da comunidade LGBTQIAPN+ na mídia e fim dos estereótipos negativos.

Ainda na década de 1980, o Movimento, representado pelo Grupo Triângulo Rosa, promoveu a utilização do termo “orientação sexual” em substituição ao termo "opção sexual". A ideia era que a Constituinte de 1987 incluísse o termo em políticas contra discriminação. Embora não tenha havido uma mudança em nível federal, o termo passou a constar em legislações estaduais e municipais.

As Paradas do Orgulho LGBTQIAPN+ também se tornaram uma grande conquista no Brasil, ganhando visibilidade ao reunir multidões e destacar a importância da causa. Dentre as conquistas mais recentes e marcantes do movimento LGBTQIAPN+ no país estão a união civil estável e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, autorizado pelo Conselho Nacional de Justiça desde 2013.

Os procedimentos de redesignação sexual — conhecidos popularmente como “mudança de sexo” — para a transição do fenótipo masculino para o feminino também foram autorizados pelo Conselho Federal de Medicina, e, desde 2008, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece essa cirurgia. Em 2010, o processo para a transição do fenótipo

feminino para o masculino também foi aprovado e incluído no SUS. No entanto, devido à longa fila de espera, que pode ultrapassar 20 anos, muitos buscam alternativas particulares, quando possuem recursos.

A utilização do nome social e a mudança de registro civil para pessoas transexuais e travestis é outra vitória essencial. Desde 2009, o SUS aceita o nome social, e, a partir de 2013, ele foi autorizado no Enem. Em março de 2018, o STF determinou o direito das pessoas trans de alterarem, em cartório, seus nomes e registros de sexo.

#### **4 A REPRESENTAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE NO CINEMA BRASILEIRO: “AMOR MALDITO”**

O cinema tem sido um meio poderoso para explorar e refletir questões sociais complexas, e a representação da homossexualidade no Brasil, especialmente durante períodos de repressão, é um exemplo crucial dessa dinâmica. "Amor Maldito" (1984), dirigido por Adélia Sampaio, é um marco na história do cinema brasileiro por ser o primeiro longa-metragem dirigido por uma mulher negra que aborda abertamente o tema da homossexualidade feminina. O filme é não apenas pioneiro na representação das relações lésbicas, mas também um corajoso comentário sobre o preconceito, a intolerância e as estruturas sociais opressivas que dominaram o Brasil durante a ditadura militar e os anos que se seguiram.

"Amor Maldito" foi lançado em um período ainda marcado pelas consequências da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), um regime que não apenas reprimiu manifestações políticas, mas também impôs severas restrições à liberdade individual e à expressão sexual. Durante a ditadura, a censura foi amplamente utilizada para controlar a produção cultural, e qualquer representação que desafiasse as normas heteronormativas e patriarcais era rigidamente suprimida. Nesse contexto, o lançamento de "Amor Maldito" é um ato de resistência em si, pois aborda tema que eram tabu na sociedade brasileira da época.

O filme conta a história de duas mulheres, Fernanda e Sueli, que vivem um relacionamento lésbico em um ambiente social profundamente intolerante. A trama se desenrola em torno do julgamento de Fernanda, acusada de induzir Sueli ao suicídio, expõe assim as camadas de preconceito e misoginia presentes tanto no sistema judiciário quanto na sociedade em geral. O julgamento, permeado por discursos morais e religiosos,

revela o quanto a sexualidade feminina, especialmente a homossexualidade, é criminalizada e estigmatizada.

Uma cena emblemática do filme ocorre durante o julgamento de Fernanda, quando seu advogado tenta apresentar provas que humanizem sua relação com Sueli. Nesse momento, uma fotografia delas juntas é exibida no tribunal. A imagem, que deveria representar o amor e a felicidade compartilhados pelas duas, é interpretada pela promotoria e pelos jurados como um "indício de perversão". Essa cena é carregada de simbolismo, pois ilustra como as relações homoafetivas eram desumanizadas e reinterpretadas por uma sociedade incapaz de enxergá-las fora do prisma do preconceito. A fotografia, ao invés de evocar empatia, é utilizada para reforçar estereótipos, revelando como a cultura heteronormativa utiliza imagens e narrativas para perpetuar a exclusão e o julgamento moral.

Adélia Sampaio enfrentou inúmeros desafios ao produzir "Amor Maldito". O filme foi financiado de forma independente, após a recusa da Embrafilme, a principal agência de financiamento cinematográfico do Brasil na época, que rejeitou apoiar o projeto devido à sua temática homoerótica. Isso reflete o grau de censura e preconceito que permeava as instituições culturais brasileiras, mesmo em um período pós-ditadura. A resistência enfrentada por Sampaio não foi apenas uma barreira econômica, mas também uma barreira ideológica, demonstrando como a homofobia e o racismo estavam entrelaçados nas práticas institucionais do país.

Apesar desses obstáculos, "Amor Maldito" conseguiu alcançar o público, especialmente em São Paulo, onde foi exibido em circuitos alternativos e recebeu atenção significativa. A recepção do filme, embora limitada pela censura e preconceito generalizado, foi marcante para as comunidades homossexuais e feministas da época, que encontraram na obra uma representação rara e poderosa de suas experiências e lutas. O filme também gerou debates importantes sobre a representação da homossexualidade no cinema e sobre o papel do cinema como um veículo para a contestação social e a mudança cultural.

"Amor Maldito" utiliza o melodrama como um meio para explorar a tragédia da opressão social e pessoal. A escolha do melodrama não é acidental; este gênero é tradicionalmente utilizado para lidar com emoções intensas e conflitos morais, o que permite ao filme expor as injustiças enfrentadas pelas protagonistas de maneira visceral e acessível ao público. A narrativa do filme não só questiona a moralidade da sociedade

brasileira da época, mas também critica a hipocrisia e o poder destrutivo das normas patriarcais que oprimem mulheres e pessoas homoafetivas.

A personagem de Fernanda é retratada como uma figura trágica, presa em uma situação em que sua identidade e relacionamento são constantemente invalidados pela sociedade ao seu redor. O julgamento de Fernanda serve como uma metáfora para o julgamento moral e social enfrentado pelas relações homoafetivas, com enfoque nas mulheres, cujas vidas e amores são frequentemente vistos como imorais ou ilegítimos. Através desse julgamento, o filme revela as profundas contradições e crueldades de uma sociedade que usa a lei e a moralidade para justificar a opressão e a violência contra aqueles que desafiam suas normas.

O legado de "Amor Maldito" vai além do seu tempo, permanece relevante nas discussões contemporâneas sobre a representação da homossexualidade e das mulheres negras no cinema brasileiro. O filme é uma referência obrigatória para estudiosos do cinema, gênero e sexualidade, pois oferece uma perspectiva única sobre a interseção de raça, gênero e orientação sexual em um contexto de repressão.

Atualmente, "Amor Maldito" continua a ser redescoberto e reavaliado por novas gerações, que o reconhecem como um precursor das narrativas sobre homoafetividade no cinema brasileiro. A obra de Adélia Sampaio, portanto, não só desafia as normas culturais da época, mas também abre caminho para uma representação mais inclusiva e diversificada no cinema brasileiro.

A relevância de "Amor Maldito" é ainda mais evidente quando consideramos o atual cenário político e social, no qual questões de direitos LGBTQIAPN+ e representatividade ainda são temas de intenso debate e luta. A obra de Sampaio serve como um lembrete poderoso de que a arte pode ser uma forma de resistência, desafiar as normas sociais e capaz de promover maior compreensão e empatia pelas experiências de indivíduos que são constantemente marginalizados.

## **5 METODOLOGIA**

Este estudo utiliza uma abordagem de análise documental para discutir o impacto da repressão homofóbica durante a ditadura militar no Brasil e seus ecos na sociedade atual. A metodologia foi escolhida com o objetivo de captar tanto o contexto autoritário da época quanto os efeitos duradouros da repressão nas vivências e na segurança da

comunidade LGBTQIAPN+ hoje. Para isso, a pesquisa se concentrou em análise bibliográfica.

A escolha de autores como Green e Quinalha (2023), Costa e Nardi, (2015), Rodrigues (2012), e entre outros, permitiu que o estudo estabelecesse uma continuidade entre passado e presente, revelando as camadas invisíveis da opressão que ainda marcam a experiência LGBTQIAPN+ no Brasil. Uma segunda camada da metodologia é o exame da produção cultural do filme *Amor Maldito* (1984), que, como obra pioneira na representação da homossexualidade feminina, serve não apenas como registro artístico, mas também como um ato de resistência e denúncia social.

Organizou-se a análise em três etapas: (1) seleção e identificação das obras bibliográficas que tratam das vivências LGBTQIAPN+ sob repressão; (2) análise qualitativa do conteúdo, procurando identificar padrões de exclusão, estigmatização e resistência; e (3) cruzamento dos dados históricos com os relatos contemporâneos para traçar as permanências e transformações nas práticas homofóbicas, sobretudo no que tange à subnotificação da violência. Esta estrutura permitiu uma leitura multifacetada da opressão, reconhecendo os efeitos do autoritarismo na construção social da homofobia e da invisibilidade até os dias atuais.

## **6 RESULTADOS**

Os resultados evidenciam que a repressão homofóbica na ditadura militar foi uma ferramenta de controle social que visava “moralizar” o espaço público e alinhar a sexualidade aos padrões autoritários da época. O Estado tratava a homossexualidade como uma ameaça à ordem pública, justificando a exclusão e a perseguição da comunidade LGBTQIAPN+ por meio de leis e normas que buscavam regular a “moralidade”. A repressão incluía censura à mídia e limitações severas a qualquer forma de expressão que subvertesse a norma heteronormativa.

No Brasil atual, embora a repressão estatal explícita tenha sido desmontada com a redemocratização, muitos resquícios da exclusão persistem. A subnotificação da violência homofóbica, por exemplo, reflete uma continuidade simbólica da invisibilidade imposta pela ditadura, quando crimes contra LGBTQIAPN+ são muitas vezes desconsiderados ou negligenciados nos registros oficiais. Esses dados evidenciam que o aparato autoritário deixou marcas que ainda dificultam o pleno reconhecimento dos direitos dessa população e perpetuam uma sensação de insegurança e marginalização.

A análise cultural do filme “Amor Maldito” acrescenta uma dimensão pessoal e emocional a esses resultados. O filme, ao contar a história de duas mulheres em um relacionamento homossexual que enfrentam um julgamento moral e judicial, humaniza a luta das homossexualidades contra a opressão. A personagem Fernanda, acusada injustamente de induzir sua parceira ao suicídio, simboliza o julgamento social enfrentado por relações homoafetivas na época e, em muitos casos, até hoje. Amor Maldito não é apenas uma narrativa sobre preconceito, mas um grito por reconhecimento e igualdade, expressa a dor e o isolamento que as leis não alcançam — uma dor que, muitas vezes, se esconde nas entrelinhas das estatísticas e dos relatórios.

## 7 CONCLUSÃO

Esta pesquisa sublinha o entrelaçamento do autoritarismo e da homofobia na história brasileira e como esse passado ainda reverbera no tratamento dispensado à comunidade LGBTQIAPN+ atualmente. O estudo ressalta o papel fundamental de movimentos e organizações na resistência à repressão e na promoção de direitos. Entre os movimentos destacados, o Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) se sobressaem como pioneiros na denúncia da violência e no combate ao estigma. O Lampião da Esquina e o ChanacomChana surgem como veículos importantes de visibilidade e resistência cultural durante a ditadura, enquanto o Grupo Triângulo Rosa influenciou mudanças significativas na linguagem e na legislação relacionadas à orientação sexual.

Outrossim, a análise do filme Amor Maldito demonstra o poder das narrativas culturais como um espelho da sociedade, revela as feridas profundas deixadas pela exclusão e criminalização da diversidade sexual. Fernanda, a personagem central do filme, é uma representação visceral da dor que nasce da intolerância e do julgamento alheio, uma dor que ainda ecoa nas vidas de muitos LGBTQIAPN+.

O estudo revela a necessidade urgente de políticas públicas mais inclusivas e de mecanismos que garantam o registro preciso e o combate efetivo à violência homofóbica. Sugere-se que futuras pesquisas ampliem o foco para as intersecções de homofobia com raça, gênero e classe, para entender como essas múltiplas camadas de discriminação agravam a marginalização.

Esta investigação espera contribuir para um entendimento mais profundo das violências estruturais enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil, reforça a

importância de uma sociedade em que a diversidade seja acolhida, e não temida. Que o legado de resistência cultural e histórica, personificado em obras como *Amor Maldito* e nos movimentos e organizações de luta aqui mencionados, inspire políticas e ações que promovam um futuro mais justo, onde todas as formas de amor e identidade sejam vistas e respeitadas em sua plena humanidade.

## REFERÊNCIAS

ALAMINO, Felipe; VECCHIO, Victor. *Os princípios de Yogyakarta e a proteção de direitos fundamentais das minorias de orientação sexual e de identidade de gênero*. In. Rev. Fac. Dir. Univ. São Paulo, vol. 113, p. 645-668, 2018.

COSTA, Ângelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. *Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual*. Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 715-726, set. 2015.

FERREIRA, Maria Cristina. *A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais*. In. Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]. 2010, v. 26, n. spe [acessado 25 setembro 2024], pp. 51-64. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>>. Epub 17 Dez 2010. ISSN 1806-3446. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>.

GORISCH, Patrícia. *O reconhecimento dos direitos LGBT como direitos humanos*. Universidade Católica de Santos. Mestrado em Direito Internacional. Dissertação de mestrado, 102f, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.unisantos.br:8181/bitstream/tede/1564/2/Patricia%20Cristina%20V.de%20S.%20Gorisch.pdf>>. Acesso em: 19 agosto de 2024.

GREEN, James N & QUINALHA, Renan. (Orgs). *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EDUFSCAR, 2023.

GREEN, James N. “*Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão*”: uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. In. *Acervo*, [S. 1.], v. 27, n. 1, p. 53–82, 2014. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/460>. Acesso em: 09 set. 2024.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica: Curso no Collège de France (1978–1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 21-25.

MATTOS, Fernando. *Direitos fundamentais da população LGBT e o seu reconhecimento judicial*. Disponível em: <[https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/direitoslgbt\\_1.pdf](https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/direitoslgbt_1.pdf)>. Acesso em: 25 de maio de 2024

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. *De Daniele a Chrysostomo: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena*. Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2012.

\_\_\_\_\_. *Mitos, categorias e cristais: revisitando os clássicos do movimento homossexual brasileiro*. *Revista Brasileira de História* [online], v. 43, n. 93, p. 265-286, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472023v43n93-13>. Acesso em: 10 ago. 2024. Epub em: 10 jul. 2023. ISSN 1806-9347.

SAMPAIO, Adélia. *Amor Maldito*. Direção: Adélia Sampaio. Brasil: A. F. Sampaio Produções Artísticas, 1984. 76 min. Longa-metragem. <https://youtu.be/RT5T4a-aCvI?si=nkWv5lc06ieQxhUf> Acesso em: 19 de setembro, 2024.

SILVA, Carlos Humberto Ferreira. *Libertação gay no Brasil: discursos e enfrentamentos do jornal Lâmpião da Esquina durante a abertura política (1978-1981)*. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* [online], v. 42, n. 2, p. 147-165, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-5844201927>. Acesso em: 23 out. 2024. Epub em: 19 ago. 2019. ISSN 1980-3508.

SIQUEIRA, Dirceu; MACHADO, Robson. *A proteção dos Direitos Humanos LGBT e os Princípios Consagrados contra a Discriminação Atentória*. In. *Revista Direitos Humanos e Democracia*. Ano 6, n. 11, p. 167-201, 2018.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. *Censura durante o regime autoritário*. In. Anais do XII Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, SP, 25-28 de outubro de 1988. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 10. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs10\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm)>. Acesso em 27 de agosto, 2024.

TERTO, Ângelo; SOUZA, Pedro. *De Stonewall à Assembleia Geral da ONU: Reconhecendo os Direitos LGBT*. In. Revista de Relações Internacionais da UFGD. Dourados, vol. 5, n. 7, p. 120-148, 2015.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A DITADURA MILITAR (GEDM). *Documentos 87, itens 058; 89; 95 e 98*. Disponível <<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/98.pdf>>. Acesso em 21 e 23 de setembro, 2024.

WEINBERG, G. *Society and the Healthy Homosexual*. Nova York: Saint Martins Press, 1972.